

Mundo Judiciário prestigia solenidade de posse dos dirigentes do TRT



Desembargadora Eneida Melo assumiu posto ocupado pela desembargadora Josélia Morais (foto à direita); missa de Ação de Graças (acima) antecedeu posse oficial



Desembargadores, juízes, servidores da Justiça do Trabalho de Pernambuco e convidados marcaram presença no Mosteiro de São Bento de Olinda, na manhã do dia 6 de fevereiro, para acompanhar a missa de Ação de Graças celebrada em nome da desembargadora Josélia Morais da Costa, que presidiu o TRT da 6ª Região no biênio 2007-2009, ao lado dos desembargadores Nelson Soares Júnior e Maria Helena Guedes, que ocupavam, respectivamente, a Vice-Presidência e a Corregedoria deste Regional.



A cerimônia antecedeu a solenidade de posse dos novos dirigentes do TRT, realizada com o apoio da Caixa Econômica no Teatro do Centro de Convenções da UFPE, na tarde do mesmo dia, com a presença de autoridades do Judiciário, dos poderes Legislativo e Executivo, membros do Ministério Público do Trabalho, do Ministério do Trabalho, advogados, servidores e convidados. Na ocasião, foram empossados os desembargadores Eneida Melo Correia de Araújo, na Presidência, André Genn, na Vice-Presidência, e Ivanildo da Cunha Andrade, na Corregedoria desta Corte, que responderão pela gestão administrativa do Tribunal do Trabalho pernambucano no biênio 2009-2011.

Pelos ideais de Justiça e Cidadania

Eneida Melo Correia de Araújo
Presidente do TRT



A linha de atuação dos novos dirigentes será a de harmonizar os interesses dos cidadãos que procuram o TRT, cuja finalidade é a de empregar todos os esforços para tornar realidade o acesso à justiça e a realização do direito.

A Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados da Sexta Região prosseguirá com o seu papel traçado pela Constituição da República. Dará continuidade ao objetivo de oferecer aos juízes e servidores a possibilidade de elevarem seus conhecimentos técnicos, de favorecer o intercâmbio e estudo, atendendo sempre aos critérios democráticos da igualdade, universalidade, proporcionalidade e adequação.

O Centro de Memória, criado por iniciativa da ex-presidente da Corte, desembargadora Josélia Morais da Costa, será o espaço em que os estudiosos de várias áreas da ciência poderão identificar referências, documentos, imagens, símbolos e outros elementos que contam a história do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho.

Dando prosseguimento aos trabalhos desenvolvidos em outras gestões, e seguindo as orientações da Corregedoria-Geral da JT, conferirei prioridade ao Programa de Gestão Documental deste Regional, de modo que, preservando o patrimônio histórico e cultural a partir do nosso precioso acervo, também sejam racionalizados os procedimentos de arquivamento, minimizando os custos de armanzenamento de autos e outros documentos.

O TRT continuará, no plano científico, consolidando uma doutrina e uma jurisprudência criativas, capazes de acenar para a realização dos ideais de igualdade, de elevação dos níveis de cidadania e de justiça social. Esta atitude pode favorecer a aproximação entre a lei e o direito; a segurança jurídica e a justiça.

Conferirei ênfase aos Recursos Humanos porque considero que o bem-estar físico e mental, a par do desenvolvimento intelectual das pessoas, é fundamental para garantir-lhes o respeito à dignidade, bem como a consecução dos objetivos da instituição.

Destaco que a área de saúde também terá todo o apoio, a fim de que possa ampliar suas atividades junto aos magistrados e servidores, contando com a colaboração especial da Amatra, da Astra, Sintrajuf, e Centro Cultural Paulo Cabral de Melo.

A exemplo da gestão anterior, também buscarei dar incentivo às políticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, visando à utilização racional dos recursos públicos e à excelência de qualidade de vida no ambiente do trabalho. Para tanto, será mantida e reestruturada a Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental, de modo que possa disseminar a cultura de preservação ambiental e sugerir medidas que propiciem o bem-estar dos magistrados e servidores no local de trabalho.

Também continuarão as obras de construção, reforma e manutenção dos espaços físicos que servem ao funcionamento das diversas unidades judiciais e administrativas. Para a consecução desses projetos, é de fundamental importância a dedicação integral do corpo de excelentes profissionais que integram o Serviço de Manutenção e Planejamento Físico desta Corte, cuja reestruturação administrativa será necessária para viabilizar o atendimento dos interesses do Regional.

Serão imprescindíveis avanços na área de Informática, tanto no âmbito administrativo quanto no jurisdicional. Notória a necessidade de ferramentas e softwares que possam contribuir para a segurança das informações e a celeridade processual. Nesse sentido, instituirei uma Comissão Especial Permanente, para fins

de definição e acompanhamento das prioridades, em consonância com as metas traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

No que concerne à segurança dos magistrados, servidores e demais usuários desta Justiça Especializada, bem como no que se refere à guarda patrimonial, darei continuidade aos projetos encampados pela desembargadora Josélia Morais, no sentido de conferir efetivo controle de acesso às dependências dos Fóruns e unidades administrativas deste Tribunal, além de adotar outras medidas de natureza preventiva.

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
50.030-902 Recife PE
Imprensa: 81-2129.2020 imprensa@trt6.gov.br

PRESIDENTE

Eneida Melo Correia de Araújo

VICE-PRESIDENTE

André Genn de Assunção Barros

CORREGEDOR

Ivanildo da Cunha Andrade

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Gilvan Caldas de Sá Barreto
Maria de Lourdes Araújo Cabral de Mello
Nelson Soares Júnior
Josélia Morais da Costa
Zeneide Gomes da Costa
Eneida Melo Correia de Araújo
Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel
André Genn de Assunção Barros
Ivanildo da Cunha Andrade
Gisane Barbosa de Araújo
Pedro Paulo Pereira Nóbrega
Virgínia Malta Canavaro
Valéria Gondim Sampaio
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Acácio Júlio Kezen Caldeira
Dione Nunes Furtado da Silva

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA
José Alberto Alves Viana

DIRETOR-GERAL
Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO
Nyédja Menezes Soares de Azevedo

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Lydia Barros

REDATORES
Lydia Barros / Maria Alice Amorim

REVISÃO
Eugenio Pacelli

FOTOGRAFIA
Stela Maris / Eugenio Pacelli
Maria Alice Amorim / Siddharta Campos

PROJETO GRÁFICO
Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO
Simone Freire / Siddharta Campos

IMPRESSÃO
Imprima Soluções Gráficas LTDA - ME
(Tiragem: 1.500 exemplares)

Novos dirigentes para o biênio 2009/2011

Eleitos por unanimidade, os novos dirigentes do TRT da 6ª Região conduzirão o Regional pernambucano até 2011. Os desembargadores Eneida Melo, André Genn e Ivanildo Andrade, que responderão, respectivamente, pela Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria desta Corte, foram escolhidos em sessão do Tribunal Pleno, no dia 4 de dezembro passado, e assumiram, em fevereiro, com o propósito de conservar o conjunto de valores morais, intelectuais e espirituais que traduzem o legado da Justiça do Trabalho no Estado.



André Genn (vice-presidente), Eneida Melo (presidente) e Ivanildo Andrade (corregedor) no comando da administração

Eneida Melo Correia de Araújo

Servidora desta Justiça desde 1973, ingressou na magistratura trabalhista como juíza substituta em 1980. Em 1999 foi promovida,

por merecimento, passando a integrar o Pleno do TRT. Foi corregedora no biênio 2005-2007 e primeira diretora da EMAT 6. Possui

dois livros publicados: “Prescrição Trabalhista – Uma análise crítica à luz da nova Constituição” e “Relações de Trabalho – Uma perspectiva democrática.

André Genn Assunção de Barros

O vice-presidente eleito graduou-se na Faculdade de Direito do Recife (UFPE) em 1982. Ingressou em

1987 na Justiça do Trabalho da 6ª Região, como juiz substituto. Presidiu as VTs de Petrolina, Caruaru e Paulista.

Chegou à Segunda Instância do Tribunal em 2001, promovido por merecimento. Presidiu a 2ª Turma no biênio 2005-2007.

Ivanildo da Cunha Andrade

O novo Corregedor concluiu o curso de Direito na UFPE em 1973. Ingressou na magistratura do

Trabalho da 6ª Região em 1981, como juiz substituto. Em 2001, foi promovido para a Segunda Instância

do Tribunal. Foi presidente da Amatra VI, da Anamatra e vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

“ É vital dizer à sociedade o que é a JT, mostrar que se trata da justiça que está perto do povo”

A presidente do TRT da 6ª Região, desembargadora Eneida Melo Correia de Araújo, iniciou sua carreira na Justiça do Trabalho em 1973, depois de aprovada em concurso para o cargo de Analista Judiciário. Em 1980, aprovada em concurso para Juíza do Trabalho, vestiu a toga pela primeira para atuar na 1ª instância desta Corte, chegando, em 1998, ao Tribunal Pleno do TRT de Pernambuco. A magistrada costuma dizer que os sete anos que vivenciou como servidora foram determinantes para sua compreensão da importância de manter motivados os servidores, em um ambiente de trabalho saudável e estimulante. Não é por acaso, portanto, a decisão de manter como prioridade de sua gestão, iniciada no início de fevereiro, a área de Recursos Humanos, dando seguimento a uma política iniciada na administração da desembargadora Josélia Morais da Costa.

Eneida Melo afirma que o aprimoramento da prestação jurisdicional deste Regional é a sua grande meta e que, para isso, pretende assegurar aos Desembargadores e Juízes total apoio institucional e logístico. Com esse objetivo, também definiu como áreas estratégicas de sua gestão a Informática - o TRT trabalha para se adaptar o mais rapidamente possível às determinações do TST visando à implementação de ações definidas no Sistema Integrado de Gestão da Informação da



Justiça do Trabalho -, as Varas do Trabalho, os projetos infra-estruturais, e a comunicação, interna e externa, com o duplo objetivo de integrar o capital humano deste Tribunal, e aproximar, cada vez mais, a Justiça do Trabalho da sociedade pernambucana. Para tanto, a presidente pretende produzir mensalmente relatórios das atividades deste Regional.

A desembargadora afirma estar pronta para mais um desafio profissional, consciente de que a condução de um Tribunal do porte desta 6ª Região exige dedicação, sensibilidade e determinação. Sobretudo, neste momento em que as relações de trabalho vêm passando por transformações profundas, no Brasil e no mundo. A seguir, trechos da entrevista concedida pela presidente do TRT a este Informativo.

ENTREVISTA// ENEIDA MELO

Depois de tantos anos atuando neste Tribunal, qual a sensação de chegar à presidência?

Estou muito contente. Do ponto de vista individual, como ser humano, como profissional, fico muito feliz e muito agradecida pela confiança dos meus colegas, os desembargadores. Faço uma retrospectiva de toda a minha história, pessoal e profissional. Do ponto de vista institucional, sei que é uma responsabilidade muito grande dirigir um órgão desse porte, e vou fazer de tudo para estar à altura. Para isso, precisamos ter metas, daí porque estamos elaborando um Planejamento Estratégico participativo, baseado nas sugestões de magistrados e servidores.

E quais suas as suas metas na presidência?

Quero enfatizar que a administração será fundamentada na prestação jurisdicional para a sociedade, detendo os servidores e magistrados papel de destaque. Desejo que o Tribunal tenha o perfil de uma Corte que prega justiça, na qual os juízes e servidores possam exercer suas atribuições de forma serena e segura. Quero que a atual administração, assim como as das minhas antecessoras, Josélia, Lourdes, Ana Schuler, seja uma administração atenta a esse viés. A atenção aos servidores e juízes será prioridade. Portanto, pretendo dar continuidade à política de Recursos Humanos que a desembargadora Josélia elaborou, cujo principal ponto é o bem-estar do servidor e do magistrado, no intuito que isso repercuta na atividade-

fim, que é a prestação jurisdicional; todos têm que estar capacitados para bem servir a instituição e, por conseguinte, a sociedade. Também daremos seguimento aos projetos de construção e reforma iniciados pela desembargadora Josélia. Da mesma forma, o projeto de informática precisa de todo reforço; é necessário complementar uma série de iniciativas que demandam tempo, aquisição de conhecimento. Estamos fazendo uma análise do perfil do Tribunal, uma espécie de diagnóstico para saber o que pode ser mudado, quais pessoas podem ser remanejadas para dar uma maior contribuição a esta Justiça. Com a ajuda do Corregedor, também queremos ver como as Varas do Trabalho estão funcionando, o que poderá ser feito para imprimir mais ritmo, a possibilidade de atender às demandas dos juízes e

funcionários para que eles possam trabalhar mais felizes, mais satisfeitos. A comunicação também é uma área importante, precisamos trabalhá-la interna e externamente. É vital dizer à sociedade o que é a JT, mostrar que se trata da justiça que está perto do povo. Internamente, sentimos que os juizes e servidores precisam saber sobre os projetos e realizações da instituição.

É verdadeira a premissa de que desembargadores e juizes hoje trabalham com mais tranquilidade?

A quantidade de processos diminuiu, mas do ponto de vista da complexidade, a demanda hoje é muito maior. São processos que têm mais reivindicações, processos novos no sentido da competência. Estamos recebendo muitas matérias que antes iam para a Justiça Comum, por exemplo. Matérias que ainda será preciso definir se ficam aqui mesmo ou não. Todavia, há um sentimento de maior interação, solidariedade; paralelamente, os magistrados dispõem de melhores espaços físicos para o desempenho de suas atividades.

A reconfiguração das relações trabalhistas tem relação com essa redução de processos?

Certamente. Houve uma drástica redução no mercado de emprego formal. As pessoas são obrigadas a aceitar a informalidade, trabalham e muitas vezes não vêm reclamar seus direitos porque sabem da questão do ônus da prova; outras vezes, por uma visão de honra, porque deram a palavra que não iam reclamar. Também é preciso considerar o enfraquecimento dos sindicatos; praticamente não temos dissídio coletivo; hoje, o trabalhador se limita a manter o emprego e as condições que já existem. Não temos mais as ações coletivas dos sindicatos em favor dos trabalhadores que estão com emprego, porque hoje os entes sindicais querem preservar o emprego dos que estão empregados. Paralelamente, surgiram as Comissões de Conciliação Prévia - algumas boas, outras nem tanto - das próprias empresas ou intersindicais, ou mistas, dentro do que a CLT permite. Isso também impacta no

volume de processos na JT. Então, houve uma diminuição no volume de processos nos nossos tribunais, mas a quantidade de matérias novas e complexas demanda muito mais do nosso tempo.

Como a senhora avalia todo esse processo de mudanças no mercado de trabalho?

É um processo expressivo. Estamos convivendo com uma crise mundial e com as novas tecnologias, com um mercado que nem sempre quer trabalhador empregado, prefere um autônomo, dá até razoável margem de liberdade de atuação. Mas do ponto de vista econômico, o trabalhador só tem aquele meio para sobreviver, então, são relações meio híbridas. O que está se levando a repensar o conceito de subordinação, que é jurídico, mas que pode passar a ser econômico. Quando alguém é autônomo, dispõe do seu tempo, mas sobrevive exclusivamente daquela renda. Sem dúvidas é um processo de mudança. As relações trabalhistas ficaram fragilizadas pelo próprio desempenho dos sindicatos, que se tornaram menos atuantes, com pouco número de associados. Com a diminuição dos empregos, as empresas passaram a substituir homens por máquinas, dá-se uma nova Revolução Industrial como dizem os teóricos, tudo isso fez com que o mercado de trabalho ficasse instável. Existe um sistema de relações homogêneas que faz com que as grandes empresas tenham os mesmos encargos que as pequenas. Acho que esses encargos precisam ser revistos, porque não se trata de benefícios diretos, às vezes são contribuições sociais valiosas, mas que oneram demais as pequenas empresas. É preciso manter um limite que não torne o trabalhador da pequena empresa um trabalhador subcontratado, marginalizado. Ele não pode deixar de ter salário mínimo, férias, 13º, mas é preciso diminuir os encargos do empregador, sem reduzir a possibilidade de emprego. É um processo difícil, mas que está sendo pensado pelos juristas, economistas, sociólogos. Infelizmente, o que vemos é isso: pouco trabalho formal, pouco emprego. Mas a Justiça do Trabalho está mantendo o seu foco que é definir o Direito, e, do ponto de vista político,

atuando nas frentes que são lesivas como o trabalho de menor, o meio ambiente, o trabalho escravo, a questão do envolvimento do aprendiz com o vínculo do emprego, desrespeitando as condições do aprendiz, etc... A Justiça do Trabalho está acompanhando essas questões e lutando para manter o seu perfil, que é o de não tolerar as lesões aos contratos.

Há um processo de gestão comum a todos os Tribunais Regionais do Trabalho?

Hoje não trabalhamos isoladamente, temos uma gestão voltada para o conjunto das normas e diretrizes traçadas pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). São diretrizes destinadas, por exemplo, à informática, ao processo eletrônico, às penhoras, às assinaturas digitais, tudo isso é um projeto coletivo dirigido pelos Conselhos. Alguns Tribunais ainda estão iniciando a experiência. São essas ações que teremos que trabalhar. As bases orçamentárias são traçadas nacionalmente, mas cada Tribunal tem seu próprio orçamento em razão do maior número de processos, de juizes, de Varas, etc. Neste quadro, contudo, é fundamental que todos os Tribunais permaneçam reafirmando sua autonomia constitucional.

E qual a posição da 6ª Região nesse contexto?

O TRT da 6ª Região ocupa o 9º lugar em termos do volume de processos ajuizados e da sua resolução. São 24 Tribunais, portanto, a 9ª posição é um lugar alvissareiro. Temos uma demanda elevada, mas os julgamentos são compatíveis. A Região foi alvo de elogios pela Corregedoria Regional até mesmo quanto à execução. Os juizes se dedicam de forma integral para que as execuções transcorram mais rapidamente e para que sejam respeitados todos os procedimentos que o processo impõe. Há um sentimento de que nosso Tribunal está bem posicionado. Tem uma jurisprudência boa, que é referência nacional, paradigma para outros órgãos e um excelente quadro de magistrados de primeiro e segundo grau, além de um quadro de servidores altamente qualificado.

Quem é quem na composição da nova gestão



Secretário-Geral da Presidência

José Alberto Alves Viana é formado em Ciências Contábeis pela UFPE e em Direito pela Unicap. Em 2007, concluiu o Curso de pós-graduação em direito judiciário e magistratura do trabalho pela Esmatra/FBV. Ingressou no TRT em 1993, tendo trabalhado na 16ª VT do Recife. Foi secretário da Corregedoria, diretor do Serviço de Distribuição de Mandados Judiciais, chefe de gabinete da desembargadora Eneida Melo e diretor de secretaria da 1ª VT de Paulista. No biênio de 2005/2007, exerceu o cargo de Secretário-Geral da Presidência, cargo que volta a ocupar no atual biênio.



Diretor-Geral de Secretaria

Wladimir de Souza Rolim, técnico judiciário, é formado em Ciências Contábeis, pela Universidade Federal de Pernambuco, 2002. Está no TRT desde junho de 1995. Esteve à frente do Serviço de Auditoria e Controle Interno de 2003 a fevereiro de 2009. É concluinte de pós-graduação em Licitações, Contratos Administrativos e Responsabilidade Fiscal, pela Esmape.



Secretária do Tribunal Pleno

Nyédja Menezes Soares de Azevedo ingressou no TRT em 1991, passando a atuar na 13ª Vara Trabalhista do Recife. No biênio 1994/1996, assumiu a Secretaria da Corregedoria. No seguinte, 1996/1998, foi diretora da Secretaria Judiciária. Durante o ano de 1998, exerceu o cargo de secretária do Tribunal Pleno. Após intervalo de dois anos retornou ao cargo, em janeiro de 2001, onde permanece. Bacharelou-se em Direito, pela UFPE, em 1993.



Ordenador da Despesa

Juscelino Rodrigues de Carvalho, técnico judiciário, é servidor do TRT desde 1987. Nesse mesmo ano, bacharelou-se em Direito, pela Universidade Católica de Pernambuco. Em 1998, ocupou o cargo de ordenador da despesa. A partir do ano de 2001, reassume a direção da Ordenadoria da Despesa, onde permanece.



Diretora da Secretaria de Recursos Humanos

Eliane Farias Remígio Marques é diretora da Secretaria de Recursos Humanos. Graduada em Nutrição, no ano de 1985, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com pós-graduação em saúde pública, pela Fiocruz. Analista judiciário, é servidora do TRT desde setembro de 1995. Foi diretora da Secretaria Administrativa em 2004 e do Serviço de Administração de Pessoal (SAP), no biênio 2005/2007. É diretora da SRH desde 2007.



Secretário da Corregedoria

Antônio Castilhos Pedrosa ingressou no TRT em fevereiro de 93. Nas Varas de Limoeiro e Ipojuca trabalhou como assistente do juiz e diretor de secretaria. Transferido para o SACI em 2000, no ano seguinte passou a exercer a função de assessor da presidência e secretário-geral substituto. Trabalhou na 9ª VT do Recife, foi assistente de juiz na 6ª VT da capital e chefe do Setor de Distribuição dos Feitos Trabalhistas do Cabo.



Diretor da Secretaria de Informática

João Adriano Pinheiro de Sousa, analista judiciário, é servidor do TRT desde julho de 1993. Graduado pela Universidade Federal do Ceará, em 1992, é bacharel em Engenharia Elétrica, especialidade Informática Industrial. Na Secretaria de Informática (SI) coordenou a área de desenvolvimento, de 2003 a 2005, e a partir de então passou a ocupar a diretoria da SI, onde permanece. Coordenou o grupo de segurança da informação no Sistema Integrado de Gestão da Informação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (SIGI-JT).



Diretor da Secretaria de Auditoria e Controle Interno

Enoque de Souza e Silva Sobrinho é analista judiciário. No TRT desde novembro de 1996, graduou-se em Ciências Contábeis, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1994. Com uma década de experiência no SACI, foi também diretor do Serviço de Contabilidade por dois anos, trabalhou no Serviço de Pagamento de Pessoal (SPP) e ocupou a chefia do Setor de Controle de Despesas Diversas. Tem especialização em Gestão Pública Judiciária, pelo Cefet.



Diretor da Secretaria Administrativa

Sérgio Santos de Lucena e Melo é técnico judiciário, trabalha no TRT desde dezembro de 1984. Bacharel em Direito, formou-se em 1994, pela Universidade Católica de Pernambuco. A partir de 1996, fica à disposição da 19ª Região (Alagoas), onde ocupou o cargo de diretor da Secretaria Administrativa, do Serviço de Apoio Judiciário e da 4ª VT de Maceió, além de ter sido secretário do Tribunal Pleno. De volta à 6ª Região em 2005, passou pela Ouvidoria, Serviço de Licitações e Contratos (SLC) e Ordenadoria da Despesa. A partir de fevereiro deste ano, assume a SA.



Diretora da Secretaria da Distribuição dos Feitos Trabalhistas do Recife

Daniela Satou Lessa Ferreira é técnico judiciário, está no TRT desde janeiro de 1992, quando foi lotada na distribuição dos feitos de Jaboatão. No mesmo ano, 1992, foi transferida para a distribuição do Recife, cuja direção assumiu desde aquela data, à exceção dos anos de 2003 e 2004, em que esteve lotada na SRH. É bacharela em Direito pela Universo, turma 2006.



Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

Flávio Romero Mendes de Oliveira graduou-se em 1996, em Ciências Contábeis, pela Universidade Católica de Pernambuco. É técnico judiciário, está no TRT desde outubro de 1995 e lotado na SOF desde novembro do mesmo ano. Iniciou o curso de Direito, neste ano de 2009, também na Unicap.



Diretor da Secretaria de Distribuição de Mandados Judiciais (SDMJ)

Ronaldo Soares de Souza é diretor do SDMJ. Bacharel em Direito, formou-se em 1985, na Universidade Católica de Pernambuco. No TRT desde agosto de 1995, é analista judiciário. Foi agente administrativo no INSS, entre 1983 e 1995, e delegado de Polícia Civil no estado da Paraíba, no período de 1988 a 1991. Iniciou em Olinda as atividades de Oficial de Justiça, a partir de 1995 até o ano de 2007, quando é transferido para o SDMJ, onde passa a ser diretor em agosto de 2007. É pós-graduando em execução trabalhista, pela Faculdade Boa Viagem.

Novo fórum trabalhista está entre as metas da gestão

Com a preocupação de atender eficazmente aos jurisdicionados, a recém-empossada presidente do TRT, desembargadora Eneida Melo, sabe que não pode deixar de lado uma questão básica: instalações físicas adequadas e com espaço suficiente para garantir dignidade ao trabalho de magistrados, servidores, advogados. A fim de conferir de perto como é o dia-a-dia do fórum trabalhista instalado no Edifício Sudene e, assim, poder elaborar estratégias de ação rápidas e eficazes, Eneida Melo agendou visita àquele fórum, acompanhada dos demais dirigentes – o vice-presidente e o corregedor do Regional, desembargadores André Genn Assunção de Barros e Ivanildo Cunha Andrade –, e dos diretores de secretaria da área administrativa do TRT, para, juntos, ouvirem diretores, servidores e juízes que atuam naquelas unidades.

A primeira etapa da visita aconteceu num dos locais mais críticos: o arquivo provisório, onde é feito o depósito dos processos que deverão seguir para o Arquivo-Geral. Lá, os processos que chegam das 23 VTs estão ocupando praticamente todo o espaço destinado à referida guarda. Na secretaria das Varas, apesar de ser mais amplo do que nas instalações do Cais do Apolo, o espaço também está praticamente comprometido com as ações em andamento, mais os processos que devem descer ao arquivo do fórum. Embora a refrigeração tenha sido um dos problemas que levou a comitiva ao local, vários diretores e servidores se mostraram satisfeitos com a climatização. A comitiva visitou os andares onde estão as 23 VTs, o SDM, as salas destinadas aos magistrados, ao programa “Mexa-se”, à



Acompanhada de gestores do TRT e da Caixa, a presidente do Regional, desembargadora Eneida Melo, visitou as VTs (acima), a agência da Caixa (ao lado) e o arquivo provisório. O vice-presidente, desembargador André Genn, e o corregedor, desembargador Ivanildo Andrade, integraram a visita (abaixo)

administração do fórum.

Representantes da Caixa Econômica Federal integraram o grupo de visitantes, uma vez que a Caixa é parceira do TRT na adequação das instalações das VTs àquele endereço e, ainda, pela possibilidade de que a parceria possa resultar na construção de novo Fórum Trabalhista, projetado para abrigar toda a 1ª Instância, em conformidade com o que determinam as normas técnicas das edificações contemporâneas. É esta uma das principais metas a que se propõem os gestores do biênio 2009/2011.

